



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

“Conselho Constitucional:

17 Anos administrando a justiça, em matérias de natureza jurídico-constitucional”

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique e Chefe do Estado, por ocasião do 17º Aniversário do Conselho Constitucional

Cidade de Maputo, 04 de Novembro de 2020

Veneranda Juíza Presidente do Conselho Constitucional;

Venerando Presidente do Tribunal Supremo;

Veneranda Presidente do Tribunal Administrativo;

Senhor Joaquim Alberto Chissano, Antigo Presidente da República;

Digníssima Procuradora-Geral da República;

Egrégio Provedor de Justiça;

Senhores Ministros e Vice-Ministros;

Senhor Presidente do Conselho Municipal da Cidade de Maputo;

Antigos Presidentes do Conselho Constitucional;

Antigos Juízes Conselheiros do Conselho Constitucional;

Senhores Membros do Corpo Diplomático aqui presentes

Distintos Convidados;

Minhas Senhoras, Meus Senhores!

A 20 de Junho de 1975, na belíssima praia do Tofo, na cidade acolhedora de Inhambane, os moçambicanos aprovaram a sua primeira constituição.

A 25 de Junho seguinte, Moçambique deixava de ser uma província ultramarina de Portugal colonial e tornava-se independente, com sua bandeira e sua própria constituição.

Portanto, ao celebrarmos, este ano, os 45 anos da nossa independência, estamos, simultânea e orgulhosamente, a celebrar o início do constitucionalismo genuinamente moçambicano.

O percurso constitucional moçambicano é marcado por três momentos fundamentais, como tem estado a ser correctamente classificado:

- o **primeiro**, que vigorou desde 1975 até 1990;
- o **segundo**, de 1990 até 2004; e
- o **terceiro**, que vigora desde 2004 até hoje.

Esta realidade justifica a consistência e resiliência da visão dos fundadores da nossa Lei-mãe.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Pese as quatro décadas e meia passadas, constatamos que não existe um grande acervo bibliográfico sobre o constitucionalismo moçambicano. Isso faz com que, muitas vezes, tenhamos de recorrer à tradição oral dos que vivenciaram os diversos momentos para a reconstituição e interpretação de factos relevantes.

A Constituição de 1975 afirma-se como fruto da resistência secular e da luta heróica e vitoriosa do povo unido do Rovuma ao Maputo.

A Constituição aprovada em 02 de Novembro de 1990 distingue-se pela transição para um regime jurídico-constitucional de Estado de Direito Democrático.

Enquanto a Constituição de 2004 transmite a evolução do tempo, como resultado das transformações que vão ocorrendo, vincando um futuro comum, os três momentos do percurso constitucional em Moçambique, como dissemos, não significaram o simples luxo de querer mudar, são o dimensionamento da nossa lei, que retira o que já se encontra desajustado, fortificando o que é pertinente para o povo, beneficiário da Lei.

Os três momentos explicam a vontade dos moçambicanos de ver estabilizada a sua sociedade, de harmonização do pensar diferente dos moçambicanos para objectivos comuns.

Por isso, queremos saudar o Conselho Constitucional por tomar a iniciativa de celebrar a Constituição, organizando uma série de debates subordinados ao tema **«A origem e desenvolvimento do constitucionalismo moçambicano: Fontes materiais das Constituições de 1975 e de 1990»**.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Os debates realizados permitiram a socialização das razões que ditaram as opções pelos vários modelos de Estado que fomos construindo desde a Independência Nacional.

Permitiram, igualmente, partilhar com os diversos segmentos sociais, em particular os mais jovens, os desafios que se colocaram ao legislador na elaboração de cada um dos textos constitucionais e sucessivas revisões pontuais.

Apraz-nos registar que, mais do que um exercício isolado de reflexão, o resultado dos debates, culminou com a publicação do primeiro livro da colectânea que, hoje, aqui, é lançada com o nome sugestivo de **«O GUARDIÃO»**.

Como afirmámos num outro desenvolvimento, quanto a nós, o título GUARDIÃO, sugere-nos a existência de uma figura protetora.

Esta obra, mais do que um trabalho meramente académico, daqueles só compreensíveis por juristas, traz os depoimentos de eminentes personalidades que tiveram uma participação decisiva nos processos de elaboração e aprovação das Constituições da República de 1975 e de 1990.

Por este facto, queremos agradecer a contribuição dada pelos compatriotas mencionados no livro, estes Homens de Estado para a construção da memória colectiva e para a formação duma identidade constitucional verdadeiramente moçambicana.

Mais do que uma dimensão individual, tratou-se de um registo da nossa memória colectiva. Com este acto, materializamos o direito que cada geração possui de se beneficiar da herança cultural e da obrigação de usar esse património de forma

consciente e sustentável para que possa ser transmitido às futuras gerações nas mesmas condições que receberam da geração anterior.

Portanto, eis aqui a essência desta primeira obra que vem agora a lume e que nada mais é que «O GUARDIÃO» da nossa Constituição; «O GUARDIÃO» das nossas memórias colectivas.

Minhas Senhoras, Meus Senhores,

O Conselho Constitucional exerce um papel jurisdicional, administrando justiça em matérias de natureza jurídico constitucional.

No cumprimento desse múnus, é sua função educar o cidadão e a Administração Pública para o cumprimento consciente e responsável da Constituição e demais leis.

Ao lançar, nesta data, a primeira edição da sua revista informativa, que vai trazer ao público aspectos relacionados com o quotidiano, o percurso através do tempo e artigos relacionados com a jurisdição constitucional, entre outros, o Conselho Constitucional assume a sua função educacional, que constitui um dos pressupostos fundamentais para a observância da lei.

Este acto servirá para materializar o desafio que colocamos ao Conselho Constitucional, de divulgarem as atribuições e competências deste órgão do topo da pirâmide dos órgãos de justiça no que diz respeito à apreciação da constitucionalidade.

O objectivo é desmistificar e aproximar o Conselho Constitucional aos cidadãos, bem como tornar a instituição conhecida ou conhecível por todos. Com conhecimento, o cidadão deixará de ver a Justiça como algo transcendental e inacessível.

Com mais informação, o cidadão perceberá que o Conselho Constitucional é uma instituição perene na Administração da Justiça moçambicana e não aquele órgão que aparece apenas quando há eleições.

Assim, teremos uma Justiça constitucional mais aberta aos cidadãos, como vem sendo sugerido um pouco por todo o mundo.

Excelências,

O Conselho Constitucional iniciou funções no dia 03 de Novembro de 2003. Portanto, assinalou, ontem, o seu décimo sétimo aniversário.

Queremos, por isso, saudar a todos os Juízes Conselheiros que, ao longo do tempo, souberam com abnegação, dedicação e elevada competência dar o seu contributo para o engrandecimento deste órgão de soberania.

Uma palavra de apreço vai para o primeiro porta estandarte desta instituição, **Dr. Rui Baltazar** que, de forma serena e meticulosa, lançou as sementes que permitiram edificar a instituição. Continue a inspirar as gerações actuais e futuras, tal como o fez com os primeiros juristas e magistrados moçambicanos! Continue a partilhar a sua infinita sabedoria, deixando registado o seu percurso profissional de mais de meio século ao serviço da Nação!

Cara Família do Conselho Constitucional,

O Conselho Constitucional é uma instituição nova, que soube conquistar o seu espaço e tenta superar as inúmeras dificuldades, à semelhança de outras instituições do nosso país.

Uma dificuldade básica enfrentada pelo órgão foi a falta de instalações condignas para funcionar.

Teve, por isso, de funcionar primeiro na Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane, depois no Centro Internacional de Conferências Joaquim Chissano e, mais tarde, conseguiu as instalações próprias que ocupa actualmente.

Mau grado, estas instalações próprias vêm se mostrando cada vez menos adequadas ao crescimento da instituição. Assim, e no cumprimento dum desígnio

nosso de assegurar ao Sector da Justiça a sua independência, garantindo-lhe as condições humanas, institucionais, e gradualmente, a sua autonomia financeira e mais e melhores infra-estruturas, procurou-se identificar um espaço onde fosse possível edificar uma nova sede do Conselho Constitucional.

No início do mês de Fevereiro deste ano, na cerimónia de abertura do Ano Judicial: *“Prometemos ao Povo Moçambicano lançar, em breve, a primeira pedra do edifício-sede do Conselho Constitucional”*.

Deste modo, podemos afirmar com orgulho que, no espaço onde agora encontramos o Conselho Constitucional, o sector da Justiça e, porque não, o País e concretamente, a Cidade de Maputo vai, em breve, albergar o novo edifício-sede. E hoje, tivemos a oportunidade de lançar a primeira pedra da obra em questão, o que constitui um motivo de regozijo para todos os Moçambicanos!

Durante a sua construção, esperamos do empreiteiro a observância rigorosa do contrato, bem assim das medidas de higiene e segurança, de modo a evitarem-se acidentes de trabalho.

Desejamos que o fiscal cumpra, de forma cabal e responsável, o seu papel, assegurando que a infra-estrutura a ser edificada respeite os mais altos padrões de qualidade internacionalmente definidos, que seja resiliente aos fenómenos naturais e que sejam honrados os prazos contratualmente estabelecidos.

Compatriotas,

Não podemos terminar esta nossa intervenção sem endereçar ao Conselho Constitucional as nossas felicitações, pela passagem - ontem - de mais um aniversário do início das suas funções, pelo lançamento do primeiro Livro da colectânea *“O GUARDIÃO”* e da revista informativa, bem como pelo futuro risonho que vislumbramos com a antevisão do que vai ser a nova sede.

Encorajamos a Veneranda Presidente, os Venerandos Juízes Conselheiros e os serviços de apoio a perseverarem na busca da excelência e no melhor servir aos moçambicanos.

Reiteramos o nosso comprometimento incondicional com a construção duma Justiça Moçambicana forte, eficiente, eficaz e credível e continuaremos a envidar esforços para o cumprimento integral do Programa de Governação que o Povo sufragou para este sector.

E muito obrigado pela atenção dispensada!